



10/07/2019

Número: **0836587-95.2017.8.20.5001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM**

Órgão julgador: **24ª Vara Cível da Comarca de Natal**

Última distribuição : **05/06/2019**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Seguro obrigatório - DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MAURICIO VIEIRA DA SILVA (AUTOR)		ITAMAR OLIMPIO DE VASCONCELOS MAIA (ADVOGADO)	
PORTO SEGURO S/A (RÉU)		ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR (ADVOGADO)	
GIOVANNA DANTAS FULCO (TERCEIRO INTERESSADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
46367360	10/07/2019 14:51	<a href="#">Petição</a>	Petição
46367382	10/07/2019 14:51	<a href="#">2602223 IMPUGNACAO AO LAUDO PERICIAL JUR 01</a>	Outros documentos

Juntada de impugnação ao laudo pericial.



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 24ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL/RN**

**Processo:** 08365879520178205001

**PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **MAURICIO VIEIRA DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente. Assim, supostamente na posse de todos os documentos pleiteia em esfera judicial indenização referente à INVALIDEZ PERMANENTE.

Diferente do que tentar fazer crer a parte autora, não há nos autos qualquer documento conclusivo para atestar com veemência o nexo causal do sinistro noticiado com a alegada invalidez, haja vista que o ACIDENTE **OCORREU NO ANO DE 2016**, E O AUTOR NÃO ACOSTOU DOCUMENTOS QUE COMPROVASSEM QUE A MESMA ENCONTRAVA-SE EM TRATAMENTO MÉDICO OU ATÉ MESMO LAUDOS MÉDICOS QUE CONFIRMASSEM LESÃO NO PUNHO DIREITO.

CUMPRE ESCALRECER, QUE O AUTOR JUNTOU O BOLETIM DE PRIMEIRO ATENDIMENTO MÉDICO DE FLS. 11862932 – PÁG. 1, NÃO CONFIRMA A LESÃO NO PUNHO DIREITO, O DOCUMENTO ESTE APENAS INFORMA ESCORIAÇÕES NO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO, SENDO ASSIM, NÃO HÁ SEQUER PROVA DA ALEGADA INVALIDEZ PERMANENTE.

**DOCUMENTO MÉDICO:**

**HISTÓRIA - CAUSA EFICIENTE DA LESÃO (ALEGADA)**  
 Paciente vítima de acidente moto-carro. Este na moto, refere uso de capacete com TCE e perde do nível de consciência. Negar ingestão alcoólica. Uso indiscriminado do álcool e base avulsão de NCR, devido TCE, relat

EXAME FÍSICO (PRIMÁRIO)	
A	Ox. de pulmões. Sem crepitações, retiro celen acinical
B	Coracao. M.V. 1, bilateral S1RA SetO <sub>2</sub> 96% em
C	Taxal. T.C: 93 bpm
D	Glauco 15. Tatuagens e isocricas
E	Exame em plano E e MIE

EXAMES COMPLEMENTARES: (RADIOLOGIA E IMAGEM)	
A crânio/coluna cervical: normais.	

Salienta-se, que documento médico de fls. 11862932- pág. 5, não faz qualquer menção que o autor sofreu uma fratura ou um trauma no punho direito.

Paciente polimorfo  
(Muito jovem) com aspecto  
de porta de casca de  
da coroa com 23mm  
(16:34) e anisocoria  
(D>E).  
Exame para avaliação  
neurologica.  
Solicite tomografia de  
cabeça. De acordo com  
estabilidade e sem lesão.  
13.11.2016.  
Dr. Paulo Roberto D. Costa  
Urologista  
CRM 4772

**EM QUE PESE O LAUDO PERICIAL TER APRESENTADO UMA INVALIDEZ ANATÔMICA E FUNCIONAL DO PUNHO DIREITO DE REPERCUSSÃO MODERADA (50%) ESTA LESÃO NÃO FOI COMPROVADO PELO AUTOR, O MESMO NÃO ACOSTOU BOLETIM DE PRIMEIRO ATENDIMENTO MÉDICO, INFORMANDO FRATURA OU TRAUMA NO PUNHO DIREITO.**

**Como já informado, ressalta-se que a lesão trazida no laudo pericial não foi comprovada pelo autor nos documentos médico de primeiro atendimento, sendo assim, não há elementos capazes de comprovar o nexo causal entre o acidente e a suposta lesão no punho direito.**

Como é de sabença não só é necessário, mas obrigatória, a comprovação do nexo entre a ocorrência do dano e o fato gerador do mesmo.

Portanto, como não há nexó de causalidade entre a invalidez e o suposto acidente noticiado, conforme consta nos documentos acostados pela parte autora, confia no alto grau de competência de Vossa Excelência, sendo certo que a presente demanda deverá ser julgada totalmente improcedente, com fundamento no artigo 487, inciso I, da Lei Processual Civil.

Caso assim não entenda, requer esclarecimentos do I. Perito, a fim de elucidar a enorme divergência entre o boletim de primeiro atendimento e o laudo confeccionado pelo i. perito, sobretudo, pela ausência de fundamentação médica e por não constar nos autos documento médico de primeiro atendimento capaz de comprovar o nexó e a lesão no punho direito.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

NATAL, 8 de julho de 2019.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/RN 980-A**

**ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR**  
**5432 - OAB/RN**